Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	15
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	25
2.5 Medições não contábeis	26
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	40
5.2 Descrição dos controles internos	45
5.3 Programa de integridade	48
5.4 Alterações significativas	52
5.5 Outras informações relevantes	53

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras apresentadas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência são derivadas e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

(a) comentários dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 912,7 milhões. A cobertura do total dos ativos, que é o resultado da divisão do total do patrimônio líquido pelo total do ativo, foi de 32,6% em 31 de dezembro de 2023, o que demonstrou um bom nível de condição financeira e patrimonial geral da Companhia de acordo com os Diretores da Companhia.

Com relação à dívida bruta, esta foi de R\$ 851,2 milhões em 31 de dezembro de 2023. A dívida bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste na soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). Para mais informações sobre a dívida bruta, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$ 467,9 milhões e a participação dos empréstimos e financiamentos (não circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) foi de 63%. A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, dos títulos e valores mobiliários e dos mútuos a pagar a partes relacionadas. Para mais informações sobre o Caixa (Dívida) Líquido, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia foi igual a 1,1x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) na mesma data, enquanto seu índice de liquidez, medido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, foi de 1,6x.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era composta por:

(Em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de 2023
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	1.888,3
Capital próprio (total do patrimônio líquido)	912,7
Total de capital de terceiros e próprio	2.801,0

A Companhia acredita que a estrutura de capital apresentada é adequada para fazer frente aos seus compromissos e perpetuar a sua atividade.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2023
Total do ativo	2.801,0
Total do patrimônio líquido	912,7
Variação do total do patrimônio líquido em relação ao ano anterior	-667,1
Variação do total do patrimônio líquido em relação ao período anterior (%)	-42,2%
Nível de cobertura: Total do patrimônio líquido / Total do ativo	32,6%

Em 31 de dezembro de 2023, o total do patrimônio líquido da Companhia correspondia a 32,6% do total do ativo.

Empréstimos e financiamentos	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos (circulante)	314,7
Empréstimos e financiamentos (circulante) (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	104,8
Empréstimos e financiamentos (circulante) (variação em relação ao ano anterior - %)	49,9%
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (R\$ milhões)	536,5
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	332,3
Empréstimos e financiamentos (não circulante) (variação em relação ao ano anterior - %)	162,7%

Total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (R\$ milhões)	851,2
% dos empréstimos e financiamentos (circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	37,0%
% dos empréstimos e financiamentos (não circulante) em relação ao total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	63,0%

Capitalização Total	Em 31 de dezembro de 2023
Total do patrimônio líquido (R\$ milhões)	912,7
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (R\$ milhões)	851,2
Capitalização Total da Companhia (R\$ milhões) ¹	1.763,9
Capitalização Total ¹ (variação em relação ao ano anterior - R\$ milhões)	-230,0
Capitalização Total¹ (variação em relação ao ano anterior - %)	-11,5%

¹ Capitalização Total da Companhia corresponde à soma do total do patrimônio líquido e empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

A Capitalização Total da Companhia em 31 de dezembro de 2023, assim entendida como a soma do total do patrimônio líquido e empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), era igual a R\$ 1.763,9 milhões, tendo se apresentado estável.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia acredita que suas disponibilidades e valores equivalentes, aliados à sua geração de caixa operacional, cujo saldo tem sido historicamente positivo, são suficientes para honrar seus compromissos financeiros nas suas respectivas datas de vencimento, bem como contratar novos financiamentos e aumentar o seu nível de endividamento caso opte por fazê-lo. Todas as obrigações financeiras da Companhia estão sendo cumpridas, conforme demonstradas nas tabelas abaixo.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos (circulante) eram de R\$ 314,7 milhões e o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de partes relacionadas eram de R\$ 383,3 milhões. Ao passo que os empréstimos e financiamentos (não circulante) totalizavam R\$ 536,5 milhões, o que, somado aos empréstimos e financiamentos (circulante), totalizavam R\$ 851,2 milhões.

Da mesma forma, o total do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 era equivalente a 1,1x os seus empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), enquanto seu índice de liquidez, medido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, era de 1,6x.

A tabela abaixo mostra as principais obrigações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Em 31 de dezembro de 2023 (em milhões de R\$)					
Obrigação financeira	Até 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	314,7	408,1	120,2	8,2	851,2

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A geração de caixa operacional aliada aos empréstimos e financiamentos (não circulante), particularmente os empréstimos obtidos junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") e bancos comerciais, têm sido as principais fontes de financiamento para o capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes realizados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 536,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam o montante de R\$ 314,7 milhões.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita, com base nos atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, juntamente com outras fontes de financiamento e o caixa gerado pelas operações da Companhia, serão suficientes para atender a necessidade de caixa para o capital de giro, passivos financeiros, gastos de capital e expansão de negócios para o futuro previsível.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha linhas de NCE no montante de R\$ 760,0 milhões, além de linhas da FINEP (I e II), no montante de R\$ 64,4 milhões, e financiamentos de importação no montante de R\$ 26,8 milhões, os quais totalizaram R\$ 851,2 milhões.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos (não circulante) da Companhia totalizavam R\$ 536,5 milhões e os empréstimos e financiamentos (circulante) totalizavam R\$ 314,7 milhões. O custo financeiro médio desses financiamentos foi de 4,9% a.a. (circulante e não circulante).

O saldo dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 851,2 milhões, o qual era composto por:

- R\$ 4,8 milhões FINEP I. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a. 6% a.a.: 36 meses de carência de principal e 79 pagamentos mensais que começaram em 15 de agosto de 2017, sendo o último pagamento em 15 de fevereiro de 2024. Esse financiamento está garantido por fiança bancária e teve o seu vencimento em 15 de fevereiro de 2024;
- R\$ 59,6 milhões FINEP II. Com custo financeiro de TJLP + 5% a.a. -5%: 36 meses de carência de principal e 109 pagamentos mensais que começaram em 15 de dezembro de 2021, sendo o último pagamento em 15 de dezembro de 2030. Esse financiamento está garantido por fiança bancária com vencimento em 3 de novembro de 2024; e
- R\$ 786,8 milhões empréstimos em moeda estrangeira com custo médio de 4,8% a.a. com vencimento em 29 de maio de 2024, 22 de novembro de 2024 e 18 de maio de 2026.

Empréstimo adicional

Em 08 de novembro de 2023, a Companhia contratou um instrumento de dívida no montante de R\$380.000.000,00 ("Empréstimo"), para antecipação ao pagamento dos Dividendos (conforme definido no item 12.9 do Formulário de Referência). A Companhia obteve cotações com diversas instituições financeiras, incluindo os Coordenadores da Oferta (conforme definidos no item 12.9 do Formulário de Referência), seguindo as diretrizes internas de *compliance*. O Empréstimo está em linha com as condições de outros financiamentos tomados pela Companhia, bem como com os termos atuais de mercado. Para mais informações sobre os Dividendos, vide o item 12.9 deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia ou subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2023. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns dos contratos de empréstimo e financiamento abaixo mencionados possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross aceleration*).

FINEP I

Em 16 de junho de 2014, a Companhia celebrou um contrato de financiamento junto à FINEP, no valor de R\$ 182,3 milhões, como forma de apoio à sua estratégia de inovação, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Esses recursos foram desembolsados pela FINEP, em parcelas em horizonte temporal de três anos a contar da data da assinatura do contrato. Dessa forma, em setembro de 2014 e 2015 foram liberadas a primeira e segunda parcelas no valor de R\$ 30,4 milhões, cada. Em fevereiro de 2017, ocorreu a liberação da terceira parcela no valor de R\$ 30,4 milhões e, em julho de 2017, a Companhia recebeu o saldo do contrato, gerando uma liberação de R\$ 91,1 milhões, totalizando R\$ 182,3 milhões. O prazo de carência do referido contrato é de 36 meses e o principal será pago em 79 parcelas, sendo a primeira em agosto de 2017 e a última em fevereiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato era de R\$ 4,8 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP acrescida de um spread bancário de 5% a.a. (em 31 de dezembro de 2023, o custo efetivo foi de 5,5% a.a.).

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) alteração do controle efetivo da Companhia; (iii) existência de mora em qualquer quantia paga ao FINEP; (iv) inexatidão das informações prestadas à FINEP pela Companhia; (v) paralisação do projeto; entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

FINEP II

Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um contrato de financiamento junto à FINEP, o qual foi posteriormente aditado, no valor de R\$ 75,9 milhões, como forma de apoio à estratégia de inovação da Companhia, contemplando desenvolvimento de novos produtos e processos. Dessa forma, em janeiro de 2019 foi liberado o valor de R\$ 75,9 milhões. O prazo de carência é de 36 meses e o principal será pago em 109 parcelas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2021 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 59,6 milhões. O custo financeiro desse financiamento tem como base de taxa de juros a TJLP acrescida de um *spread* bancário de 5% a.a. (em 31 de dezembro de 2023, o custo efetivo foi de 6,5% a.a.).

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato; (ii) alteração do controle efetivo da Companhia; (iii) existência de mora em qualquer quantia paga à FINEP; (iv) inexatidão das informações prestadas à FINEP pela Companhia; (v) paralisação do projeto; entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

Cédula de Crédito Bancário – Finex 4131 (CCB nº 1045858) (Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch)

Em 7 de abril de 2022, a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário celebrada entre a Companhia e Banco Santander (Brasil) S.A. (NCE Santander), no valor de € 25,0 milhões, com vencimento previsto para 29 de maio de 2024 e com juros incidentes à taxa de 2,26% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 138,9 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) inadimplemento de obrigações e/ou não liquidação, no respectivo vencimento, de débito decorrente de outros contratos (sem valor definido), empréstimos e/ou descontos celebrados com o próprio banco e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelo banco, inclusive no exterior, e/ou rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Companhia e de quaisquer garantidores; (ii) alienação de ativos; (iii) declaração de vencimento antecipado de outro contrato; entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

Nota de Crédito à Exportação Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial) nº 106323050010800: Itaú

Em 17 de maio de 2023, a Companhia celebrou uma Nota de Crédito à Exportação com o Itaú (NCE Itaú), a qual foi posteriormente aditado, no valor de € 18,7 milhões, com juros incidentes à taxa de 5,05% ao ano. O principal será pago em 12 parcelas, sendo a primeira em 17 de agosto de 2023 e a última em 18 de maio de 2026. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 100,7 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) falta de cumprimento, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente da NCE ou em qualquer outra dívida financeira, inclusive contraída perante terceiros; (ii) alienação de ativos, entre outras. Não são

estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

Nota de Crédito à Exportação Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial) nº 106323110001300: Itaú

Em 06 de novembro de 2023, a Companhia celebrou uma Nota de Crédito à Exportação com o Itaú (NCE Itaú), a qual foi posteriormente aditada, no valor de € 36,2 milhões, com juros incidentes à taxa de 5,30% ao ano. O principal será pago em 4 parcelas, sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2026 e a última em 9 de novembro de 2026. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 195,3 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) falta de cumprimento, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente da NCE ou em qualquer outra dívida financeira, inclusive contraída perante terceiros; (ii) alienação de ativos, entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

Nota de Crédito à Exportação Mediante Repasse de Recursos Externos (Cambial) nº 64576: Citi

Em 08 de novembro de 2023, a Companhia celebrou uma Nota de Crédito à Exportação com o Citibank (NCE Citi), a qual foi posteriormente aditada, no valor de € 39,0 milhões, com juros incidentes à taxa de 5,35% ao ano. O principal será pago em 8 parcelas, sendo a primeira em 6 de fevereiro de 2026 e a última em 8 de novembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 190,7 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: (i) falta de cumprimento, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória decorrente da NCE ou em qualquer outra dívida financeira, inclusive contraída perante terceiros; (ii) alienação de ativos, entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da cia possa ser afetada. Uma obrigação adicional que deve ser mantida pela Cia é o endividamento líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA): (dívida financeira total, incluindo dívida bancária e financiamento de fornecedores, subtraído o valor de caixa e aplicações financeiras de curto prazo), dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 2.5x, com base no encerramento de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2023 este índice era de 0,97.

Nota de Crédito à Exportação Sujeita a Variação Cambial nº 2022000085: Intesa Sanpaolo Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Em 29 de maio de 2023, a Companhia celebrou uma Nota de Crédito à Exportação com o Intesa Sanpaolo Brasil S.A. (NCE Intesa), datada de no valor de € 24,4 milhões, com juros

incidentes à taxa de 4,70% ao ano. O principal será pago em 6 parcelas, sendo a primeira em 24 de junho de 2024 e a última em 22 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo deste contrato estava em R\$ 134,3 milhões.

Várias são as cláusulas de vencimento antecipado (respeitada a ampla defesa da Companhia), dentre elas: modificação ou transferência direta ou indireta a terceiros de controle societário da Mahle Gmbh, entre outras. Não são estabelecidos valores de gatilho, mas de modo geral menciona-se casos em que a capacidade de pagamento da Companhia possa ser afetada.

Por fim, a Companhia informa que, em 31 de dezembro de 2023, estava em conformidade com as restrições acima descritas.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites pré-estabelecidos para linhas de financiamento em geral e não dispunha de nenhum contrato cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente até 31 de dezembro de 2023.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

As tabelas a seguir contêm informações extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. As avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações sobre a performance operacional e financeira de cada período analisado, comentando as principais variações e identificando os fatores que explicam tais alterações. Cabe ainda destacar que a Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e/ou os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara saldos, índices ou outros itens constantes em demonstrações financeiras e/ou demonstrações financeiras intermediárias da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual (%) ou outros itens de uma linha em relação às receitas operacionais líquidas quando se analisa os saldos registrados nas demonstrações de resultado ou percentual da linha em questão comparada com o total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido quando se analisa os saldos registrados nos balanços patrimoniais correspondentes aos exercícios e períodos em análise.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrad o em 31 de dezembr o de 2023	AV% (a)	Exercício social encerrad o em 31 de dezembr o de 2022	AV% (b)	AH (a/b) (R\$ milhões)	AH (a/b)
Receita operacional líquida	4.338,8	100,0%	4.224,0	100,0%	114,8	2,7%
Custos das vendas e dos serviços prestados	(3.067,3)	-70,7%	(3.090,9)	-73,2%	23,6	-0,8%
Lucro bruto	1.271,5	29,3%	1.133,1	26,8%	138,4	12,2%
Despesas/receitas operacionais	(455,4)	-10,5%	(412,1)	-9,8%	(43,3)	10,5%
Despesas com vendas e distribuição	(332,0)	-7,7%	(312,9)	-7,4%	(19,2)	6,1%
Despesas gerais e administrativas	(127,8)	-2,9%	(110,1)	-2,6%	(17,7)	16,1%
Despesas para pesquisas de tecnologias e produtos	(58,2)	-1,3%	(44,2)	-1,0%	(14,0)	31,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(8,3)	-0,2%	(39,9)	-0,9%	31,6	-79,2%
Ganhos/perdas na posição monetária líquida em controlada no exterior	70,9	1,6%	95,0	2,2%	(24,1)	-25,4%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e imposto de renda e contribuição social	816,1	18,8%	721,0	17,1%	95,1	13,2%
Receitas financeiras	490,0	11,3%	318,0	7,5%	172,0	54,1%
Despesas financeiras	(368,2)	-8,5%	(327,1)	-7,7%	(41,1)	12,6%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	937,9	21,6%	711,9	16,9%	226,0	31,7%
Corrente	(178,4)	-4,1%	(166,3)	-3,9%	(12,1)	7,3%
Diferido	(11,7)	-0,3%	16,8	0,4%	(28,5)	-169,6%
Lucro líquido do exercício	747,8	17,2%	562,4	13,3%	185,4	33,0%

A seguir estão descritas as principais variações na demonstração de resultado da Companhia:

Receita Líquida de vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou receita líquida de vendas no valor de R\$ 4.338,8 milhões, representando um crescimento de 2,7% em comparação aos R\$ 4.224,0 milhões auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este desempenho decorreu das seguintes variações: (i) segmento de componentes de motores, representando 88,9% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 89,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 3.856,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 3.773,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 2,2%; e (ii) segmento de filtros, representando 11,1% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 10,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia registrou neste segmento uma receita de R\$ 482,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 450,3 milhões no exercício

MAHLE public (CL1)

social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 7,2%.

Tais variações decorreram, também, do crescimento das vendas aos mercados interno (Brasil e Argentina) e externo de equipamento original e ao mercado interno de Aftermarket, através de ganho de novos contratos com clientes, repasses de aumento de preço geradas pela inflação do período e prospecção de novos clientes, bem como da diversificação da carteira de clientes da Companhia, a qual inclui praticamente todas as montadoras de veículos no país.

Custo das vendas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o custo das vendas foi de R\$ 3.067,3 milhões, em comparação a R\$ 3.090,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 0,8%, se apresentando estável entre os períodos comparáveis. Ainda, importante mencionar que, a Companhia concentra seus esforços em atividades e iniciativas voltadas para aumentar a produtividade e melhorar a sinergia nos processos de produção, o que pode ajudar a compensar parcialmente o aumento dos custos. Portanto, isso é extremamente importante no atual cenário de mercado, especialmente considerando a volatilidade dos preços das matérias-primas e insumos em toda a cadeia de suprimentos. Além disso, manter um relacionamento transparente com fornecedores e clientes por meio de um processo de precificação bem estruturado e organizado contribui significativamente para a gestão dos custos.

Despesas com vendas e distribuição

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, as despesas com vendas e distribuição foram de R\$ 332,0 milhões, aumentando 6,1% quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que foram de R\$ 312,9 milhões. Referida variação decorreu do impactado, principalmente, por fretes e gastos variáveis com vendas, inflação, e pessoal.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 127,8 milhões, aumentando 16,1% quando comparado com o valor de R\$ 110,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A piora da participação desta despesa em relação à receita líquida de vendas é reflexo dos impostos e taxas, serviços, despesas com manutenção, materiais e utilidades, bem como pessoal e benefícios.

Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos

As despesas para pesquisas de tecnologia e produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 58,2 milhões comparativamente a R\$ 44,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação se deve, principalmente, (i) de despesas com o desenvolvimento de pistões, anéis, bronzinas, filtros de combustível, filtro de áleo, canister, tampa de válvulas, para o mercado de veículos leves

e pesados, para atendimento das regulamentações de emissões nocivas (PROCONVE), bem como para o atendimento da legislação de eficiência energética de veículos leves (Rota2030); (ii) de despesas com o aprimoramento de produtos existentes; (iii) de despesas com o aprimoramento dos processos produtivos; (iv) de despesas com projetos ligados a descarbonização da mobilidade e utilização de biocombustíveis e biomateriais; (v) do desenvolvimento de processos de digitalização, simulação numérica e indústria 4.0 para auxiliar e melhorar o desenvolvimento de componentes e processos.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma despesa líquida de R\$ 8,3 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 registraram uma despesa líquida de R\$ 39,9 milhões. Essa variação se deve, principalmente, do reconhecido o montante de R\$ 30,2 milhões (preço de aquisição) referente ao acordo de sócios do processo que envolvia a "ex" quotista não Controladora da Companhia, a Mahle Filtroil Indústria de Filtros Ltda. do qual foi liquidado em janeiro de 2023 conforme mencionado na nota explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Ganhos na posição monetária líquida

Os ganhos na posição monetária líquida registraram, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma receita líquida de R\$ 70,9 milhões, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita líquida de R\$ 95,0 milhões.

Esta rubrica foi impactada pela aplicação do CPC 42 — Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 — Financial Reporting in Hiperinflationary Economies.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi registrada uma receita financeira líquida no montante de R\$ 121,8 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi apurada uma despesa financeira líquida no montante de R\$ 9,1 milhões, principalmente em decorrência de duas grandes desvalorizações cambiais da moeda Argentina (Agosto e Dezembro), a qual teve reflexo direto nas Receitas e Despesas Financeiras, somados ao alto índice de inflação que foi 211,4% em 31 de dezembro de 2023, além de impactos referente ao IAS-29, quais sejam:

- Rubrica "Juros (receita aplicações)": A Companhia teve em 2023 o valor de R\$ 87,3 milhões, do qual R\$ 54,9 milhões é oriundo de aplicações financeiras na Argentina, onde os recursos foram aplicados em Certificado de Depósito Bancário e Bonds;
- Rubrica "1.1. Variação cambial": Do montante negativo de R\$ 52,0 milhões, foi alocado o montante de R\$ 33,0 milhões referente a variação cambial das Aplicações denominadas em USD (dólares norte-americanos) em Títulos e

Valores Mobiliários ("Debêntures"); e

Rubrica "Variação monetária líquida": Do valor líquido positivo de R\$ 8,3 milhões, o valor negativo de R\$ 33,2 milhões, referente a parte dos impactos da aplicação do CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária / IAS 29 - Financial Reporting in Hiperinflationary Economies foi alocado nesta rubrica.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou uma despesa de R\$ 190,1 milhões com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ao passo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 149,5 milhões. Essa variação se deve, principalmente, Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento do resultado da Companhia antes dos impostos.

Lucro líquido do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido foi de R\$ 747,8 milhões, um crescimento de 33,0% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em que o lucro líquido foi de R\$ 562,4 milhões. Esse aumento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em relação ao exercício anterior, decorreu principalmente dos fatores descritos acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os anos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 2023	Exercício social encerrado em 2022	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	790,4	537,9	46,9
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(220,0)	(41,4)	431,4
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(750,1)	(411,4)	82,3

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 790,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 537,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deve, principalmente, ao aumento do resultado antes dos impostos no montante de R\$ 226,0 milhões.

MAHLE public (CL1)

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 220,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$ 41,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deve, principalmente, à aquisição de títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 235,5 milhões.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 750,1 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado a R\$ 411,4 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento se deve à dinâmica de ingressos de financiamentos, quando comparado à amortização de principal e juros de financiamentos, somado ao maior pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais itens que compõem a receita operacional líquida da Companhia são (i) o segmento de componentes de motores; e (ii) o segmento de filtros. Neste sentido, a receita operacional líquida corresponde à receita operacional bruta obtida com a comercialização de componentes de motores e filtros e serviços relacionados a estes produtos, deduzida dos impostos sobre vendas, descontos e devoluções.

Componentes de motores

O segmento de componentes de motores é composto por pistões, anéis de pistão, válvulas, bielas, bronzinas, buchas, arruelas de encosto, camisas de cilindro, anel de fogo, eixos de comando de válvulas, pinos de pistão, porta-anéis, entre outros. Em geral os produtos são utilizados em motores de combustão interna e em veículos automotores.

Filtros

O segmento de filtros é composto por filtros de combustível, filtros de ar, filtros de óleo, filtros de ar-condicionado, filtros de carvão ativado, separadores de óleo, tampas de comando de válvula, sistema de admissão de ar, pré filtros diesel e coletores de admissão que são aplicados em geral na linha automotiva leve e pesada. Também se aplica a esta operação fabricação de máscaras de proteção bacteriana. Sistemas de filtragem para separação de contaminantes sólidos e/ou líquidos tipo filtro prensa, filtros de linha e bombeamento de líquidos combustíveis, hidráulico e lubrificante com viscosidade até ISO 100 destinados a instalação e/ou operação em sistema de abastecimento com tanques aéreos ou subterrâneos. Equipamentos utilizados em postos de revenda de combustíveis, transportadoras, indústrias, grupo geradores, entre outros.

Para mais informações sobre os segmentos, vide o item 1.3 do Formulário de Referência da Companhia.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Custo das vendas e dos serviços prestados1

Os custos das vendas e dos serviços prestados são compostos das matérias-primas e demais

MAHLE public (CL1)

PÁGINA: 15 de 53

¹ Nas Demonstrações Financeiras consolidadas da MAHLE Metal Leve do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o custo das vendas e dos serviços prestados corresponde à rubrica custo das vendas.

materiais necessários para a fabricação dos produtos da Companhia. No segmento de componentes de motores, as principais matérias-primas são as *commodities* metálicas, tais como: alumínio, ferro níquel, ferro gusa, aço, cobre, níquel, estanho, silício, magnésio, bronze e liga de ferro, entre outros. No segmento de filtros, as principais matérias-primas são: resinas, papéis filtrantes e carvão ativado, entre outros. Outros insumos de produção tanto dos componentes de motores e filtros incluem energia elétrica, combustíveis, gás natural, gás liquefeito de petróleo (GLP), embalagens de plástico, madeira, papel e papelão.

Considera-se também na composição a mão de obra direta (exemplo: trabalhadores de fábrica) e indiretamente (exemplo: áreas de manutenção, engenharia e ferramentaria) e a depreciação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção.

Despesas com vendas e distribuição

As despesas com vendas e distribuição englobam, principalmente, despesas de pessoal relacionadas à equipe de vendas bem como comissões sobre vendas, fretes, taxas aduaneiras, propagandas e custos com licença de marca.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas são compostas principalmente de salários, encargos e benefícios do pessoal administrativo e serviços profissionais terceirizados.

Despesas para pesquisas de tecnologias e produtos

As despesas para pesquisas de tecnologia e produtos incluem: (i) despesas com o desenvolvimento de novas tecnologias, tais como a tecnologia *flex fuel*; (ii) despesas com o desenvolvimento de novos produtos, tais como novos anéis de pistão de baixo atrito visando à redução de emissões de carbono dos motores à combustão; (iii) despesas com o aprimoramento de produtos existentes; e (iv) despesas com aprimoramento dos processos produtivos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais incluem principalmente a recuperação de impostos sob litígio que foram pagos indevidamente em anos anteriores, o ganho na alienação de ativos imobilizados e valores oriundos de reversões de provisões diversas, mais comumente de provisões contingenciais e fiscais e provisões para perdas com contratos. As outras despesas operacionais são compostas principalmente pela constituição de provisões diversas, tais como provisões contingenciais e fiscais, provisões para perdas com contrato e provisões para perdas com intangíveis (*impairment*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado. Além disso, a Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos

MAHLE public (CL1)

PÁGINA: 16 de 53

operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de outras receitas.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras incluem principalmente (i) a remuneração auferida com aplicações financeiras, que se referem primordialmente a certificados de depósitos bancários remunerados em torno de 100% dos juros proporcionados pelos certificados de depósito interbancário (CDI), (ii) ajustes contábeis positivos advindos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real sobre ativos em moeda estrangeira (por exemplo, recebíveis de exportação) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, importações e endividamento em moeda estrangeira), em ambos os casos medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) ganhos em operações com instrumentos derivativos.

As despesas financeiras incluem principalmente (i) juros sobre contratos de empréstimos e financiamentos, e (ii) ajustes contábeis negativos oriundos: (A) da valorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, débitos relativos a matérias primas importadas e empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira) e (B) da desvalorização do dólar norte americano e do euro em relação ao real incidente sobre passivos em moeda estrangeira (por exemplo, recebíveis de exportação), medidos mensalmente e a cada data de liquidação de tais ativos e passivos, e (iii) perdas em operações com instrumentos derivativos.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social é composto pela realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais que possam ser utilizados.

Corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Diferido

As inclusões ao lucro contábil de quando da apuração do lucro tributável corrente geram créditos tributários diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados usando-se as alíquotas vigentes destes tributos quando da apuração da sua base de cálculo na data do balanço respectivo. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, nos casos em que

MAHLE public (CL1)

PÁGINA: 17 de 53

houver, não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada novo exercício. Os valores diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no ativo somente na proporção da probabilidade de que se apure lucro real no futuro.

Condições econômicas do Brasil

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados por condições econômicas gerais que ocorrem no Brasil e no mundo.

Em 2023, o Brasil testemunhou um crescimento moderado, mas superior às expectativas com o mercado interno, expandindo e impulsionando a melhoria contínua da renda do trabalho e dos benefícios sociais. O consumo das famílias, em particular, contribuiu significativamente para o PIB, com o setor de serviços liderando o aumento. Outro setor que também se destacou foi o agropecuário, com uma supersafra agrícola, e a produção de petróleo superou as previsões, abrindo novas oportunidades no exterior. No entanto, a indústria de transformação enfrentou estagnação, atribuída em parte ao aumento das importações de bens duráveis e semiduráveis, aliado ao cenário de juros elevados, dificultando a retomada dos investimentos.

A taxa SELIC que iniciou o ano de 2023 em 13,75% a.a. fechou em 11,75% a.a.

Conforme a Ata da 260ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), emitida em 06 de fevereiro de 2024, o ambiente internacional permanece instável, com discussões sobre o início da flexibilização da política monetária em várias economias e sinais de queda na inflação, que ainda se mantém alta em muitos países.

Os bancos centrais das principais economias estão comprometidos em levar as taxas de inflação para suas metas, apesar das pressões nos mercados de trabalho. No cenário doméstico, os indicadores recentes de atividade econômica continuam apontando para uma desaceleração, conforme previsto pelo Copom. Há um crescimento econômico moderado, mas o consumo das famílias permanece resiliente. Além disso, o mercado de trabalho está aquecido, com aumento nos rendimentos reais.

No cenário global, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o crescimento mundial pode ser de 3,1 por cento em 2024, devido a uma resiliência superior à esperada nos Estados Unidos e em várias grandes economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, bem como ao apoio orçamental na China. A inflação poderá cair mais rapidamente do que o previsto na maioria das regiões, num contexto de mais clareza das questões relacionadas com a oferta e de uma política monetária restritiva. Prevê-se que a inflação global reduza para 5,8% em 2024. Ainda, uma redução mais rápida na inflação poderia levar a uma maior flexibilização das condições financeiras. Uma política orçamental mais frouxa do que o necessário e do que o pressuposto nas projeções poderá implicar um crescimento temporariamente mais elevado, mas com o risco de um ajuste mais oneroso numa fase posterior. Uma dinâmica mais forte das reformas estruturais poderá reforçar a produtividade, com repercussões transfronteiriças positivas.

MAHLE public (CL1)

Ainda, segundo o FMI, o desafio a curto prazo dos decisores políticos consiste em gerir com êxito a descida final da inflação para o objetivo, calibrando a política monetária em resposta à dinâmica da inflação. Será necessária uma coordenação multilateral mais eficiente, a fim de evitar problemas de endividamento e criar espaço para os investimentos necessários, bem como para atenuar os efeitos das alterações climáticas.

Poder aquisitivo dos consumidores

Conforme cresce o poder aquisitivo da população brasileira, aumentam as vendas de veículos novos, ou em menor grau, a manutenção de veículos usados. Como consequência, as vendas dos nossos produtos e serviços podem a crescer.

Financiamento ao consumidor

Um incremento nas taxas de juros e/ou uma redução nos prazos ou disponibilidade de financiamento ao consumidor afetam os resultados da companhia, uma vez que menor volume de linhas de crédito tende a reduzir as vendas de veículos, que por sua vez reduzem a demanda pelos produtos e serviços que vendemos.

Preços de matérias-primas

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações das matérias-primas que a mesma utiliza em seus processos produtivos. Os insumos metálicos, principalmente alumínio, ferro, níquel e cobre e têm grande peso no seu custo dos produtos vendidos.

London Metal Exchange	Metal	31/12/2023
	Alumínio	2.251,6
	Aluminio	-16,8%
Cotações médias dos	N/I	21.505,4
produtos	Níquel	16,1%
(em US\$)	Cohue	8.475,6
	Cobre	-3,8%
	Estanho	25.972,8
	Estanno	17,2%

Fonte: https://maxiligas.com.br/

Custos de mão de obra

Como as operações da Companhia envolvem o uso intensivo de mão de obra, os custos com mão de obra têm influência significativa nos resultados da Companhia. Os reajustes do custo com mão de obra com base nos dissídios coletivos (Data Base da categoria) em 31 de dezembro de 2023 foram de 5,5%.

MAHLE public (CL1)

PÁGINA: 19 de 53

Ganhos de produtividade e saltos tecnológicos

A Companhia atua em um setor altamente competitivo e que demanda um alto grau de inovação tecnológica. O destaque em seu setor de atuação se dá em função do foco no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, tanto no sentido do lançamento de novos produtos inovadores quanto em novas aplicações e aprimoramentos dos produtos já existentes, visando a descomoditização dos mesmos. Os saltos tecnológicos têm historicamente permitido vender produtos e serviços com margens mais elevadas.

A Companhia ressalta, ainda, que seus contratos de fornecimento usualmente possuem cláusula de produtividade anual solicitada pelo cliente, que prevê repasse de ganhos de produtividade preestabelecidos. Deste modo, é necessário ganhar produtividade para preservar suas margens.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Modificação de Preços

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela modificação de preços, o que acaba afetando a sua receita bruta, uma vez que a Companhia realiza negociações comerciais para que os aumentos nos custos sejam repassados para os seus clientes, de forma a mitigar o impacto em seus resultados.

Taxas de Câmbio

Como a receita de vendas da Companhia para o mercado externo é realizada principalmente em Dólar norte-americano e o Euro, enquanto a sua moeda funcional é o Real, valorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito de reduzir a receita de vendas de exportações da Companhia, ao passo que desvalorizações da moeda brasileira em relação à moeda estrangeira têm o efeito contrário. Desta forma, uma valorização do Real frente às moedas dos seus principais mercados consumidores no exterior, principalmente na América do Norte e na União Europeia, encarecem os seus produtos e serviços quando cotados naquelas moedas, tornando-os menos competitivos e diminuindo as receitas de suas exportações. Em contrapartida, uma desvalorização do Real frente às moedas torna os seus produtos e serviços mais acessíveis, consequentemente tornando-os mais competitivos e aumentando as receitas de suas exportações.

Ainda, parte da receita de vendas da Companhia é realizada em Pesos argentinos, sendo que valorizações da moeda brasileira em relação à moeda argentina têm o efeito positivo decorrente das operações na Argentina, em função da consolidação das demonstrações financeiras.

Aquisição de Ativos

Não houve aquisição de ativos relevantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia busca de forma permanente o aprimoramento de seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de realizar ganhos de produtividade e demais sinergias para absorver os efeitos dessas variáveis. A Companhia, ainda, e para minimizar esses efeitos, quando possível, mantém contratos de fornecimento com cláusulas de reajuste de preços e operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos financeiros, principalmente, de taxa câmbio e decorrentes da mudança de preços de *commodities* de materiais metálicos empregados na fabricação de seus produtos.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

31/12/2023
2,9%
-3,18%
0,84%
R\$ 4,99498
R\$ 4,89725
3,3%

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central

(i) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

(ii) A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.

(iii) Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

Impacto da inflação

Os resultados da Companhia podem ser afetados pela inflação, sendo que os custos e as despesas podem ser reajustados quando os nossos fornecedores ou prestadores de serviços aumentam seus preços, desta forma, nossa receita bruta também é indiretamente afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos aumentos nos custos e despesas para nossos clientes através de aumentos de preços, de forma a mitigar o impacto da inflação em nossos resultados.

Os insumos utilizados pela Companhia, assim como para o mercado geral, sofreram variações de preços em 2023, considerando a inflação do país no período, e a volatilidade dos preços das *commodities* metálicas, no mercado internacional.

Adicionalmente, renegociações posteriores junto a fornecedores ajudam a equilibrar estes

ajustes, mantendo desta forma as margens da Companhia em níveis históricos. Nossos preços de venda são recalculados de acordo com as características de cada pedido e tendem a refletir as condições correntes do mercado, incorporando aumentos dos custos dos insumos de forma natural.

Em função deste cenário, a Companhia tem conseguido manter o resultado operacional em níveis satisfatórios, uma vez que obteve sucesso no repasse do aumento desses itens para seus clientes.

Desta forma, a Companhia não realiza cálculo de análise de sensibilidade no tocante à inflação, uma vez que esta é repassada, em grande parte, no preço final dos nossos produtos.

Variação de preços dos principais insumos e produtos

O custo dos produtos vendidos da Companhia é afetado pelas oscilações do preço das commodities utilizadas em seus processos produtivos. No segmento de componentes de motores, os insumos metálicos, principalmente alumínio, cobre, ferro e níquel tem grande peso no custo de produtos vendidos da Companhia. No segmento de filtros, papéis filtrantes e resinas compõem os principais insumos e a variação de preços de tais insumos tende a impactar o custo de produtos vendidos deste segmento. Contudo, correções são aplicadas também aos custos referentes ao valor agregado, como mão de obra, energia elétrica e outros. Para tanto, índices são pré-estabelecidos com as montadoras e observada à periodicidade estabelecida nos contratos, os reajustes são absorvidos pelos clientes (para mais ou para menos).

A política de contabilidade de *hedge* está devidamente formalizada e determina os objetos de hedge passíveis de designação; os instrumentos de hedge autorizados; e a metodologia adotada para avaliar a efetividade da relação de hedge, de forma que, caso ocorram alterações futuras nos preços das commodities não incorram impactos significativos no resultado da Companhia.

Este cenário de análise e controle da variação de preços dos principais insumos e produtos foi observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Commodities Posição Ativa	Preço médio ponderado para o vencimento	Nocional(tonelada s) 30/12/2023
Cobre	8.394	88
Alumínio	2.174	213
Total		301

Câmbio

A instabilidade cambial pode afetar adversamente a economia brasileira, logo, a Companhia é diretamente afetada por flutuações nas taxas de câmbio, já que parte da sua receita é proveniente de exportações, pois, a Companhia pode ser considerada exportadora líquida, ou seja, as suas exportações superam as suas importações. Este é um risco decorrente da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, logo, a Companhia contrata instrumentos de proteção tanto para as exposições cambiais oriundas das operações incorridas (Fluxo de caixa efetivo) quanto para exposições oriundas das expectativas traçadas no Plano Econômico (Fluxo de caixa orçado).

Para exposições cambiais, a Companhia e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo termo de moeda denominada "Non Deliverable Forward – NDF", onde a política de proteção cambial determina que o "hedge" contratado pela Companhia deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Companhia.

A posição da Companhia é short (vendida – USD e Euro), pois há um volume de moeda ativa significativo, devido ao mercado de exportação, e consequentemente há um risco de valorização da moeda brasileira (Real) frente a estas moedas. Já no caso das operações de JPY a nossa posição é comprada (*long*).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

- 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases
- (a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1. e 2.2 do Formulário de Referência.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, uma vez que não foram incluídas opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor independente referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- 2.4 Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras
- (a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia concluiu oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, nos termos da Resolução CVM 160 ("**Oferta**"). Foram subscritas 7.230.500 ações da Companhia e foram alienadas 14.373.358 ações de emissão da Companhia pela acionistas vendedores pelo valor de R\$28,00, perfazendo o montante total de R\$202.454.000,00.

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis nos exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023
EBITDA	917,7
Margem EBITDA	21,2%
Capital de Giro Líquido	613,7
Capital investido	1.578,2
Dívida Bruta	851,2
Dívida Líquida	467,9

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxation, Depreciation and Amortization), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras intermediárias consolidadas e consiste no lucro líquido do período, ajustado pelas receitas (despesas) financeiras, líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, não são medidas contábeis segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido do período e não são utilizados como base para a distribuição de dividendos. Ademais, uma vez que o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que afetam os lucros da Companhia, tais como resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização e eventos que, no entendimento da Administração, não tenham relação com o curso normal da operação da Companhia, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da rentabilidade da Companhia. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, não possuem significado padrão e as definições do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustado, podem não ser comparáveis com a definição de outras companhias.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são indicadores de desempenho econômico geral, que não são afetados por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros e dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são úteis como ferramentas adicionais para mensurar o seu desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Capital Investido

O Capital Investido corresponde à soma do saldo do imobilizado, intangível, ativo circulante, deduzido do passivo circulante.

O Capital Investido não é uma medida contábil segundo as BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como substituto para qualquer medição de ativo, passivo ou patrimônio líquido conforme BR GAAP e IFRS. O Capital Investido não possui significado padrão e a definição da Companhia de Capital Investido pode não ser comparável com a definição de Capital Investido de outras companhias.

Capital de Giro Líquido

O Capital de Giro Líquido é calculado como sendo a soma do ativo circulante, menos o passivo circulante.

O Capital de Giro Líquido não é uma medida contábil reconhecida pelas BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como substituto para qualquer medição de ativo, passivo ou patrimônio líquido conforme BR GAAP e IFRS. O Capital de Giro Líquido não possui significado padrão e a definição da Companhia de Capital de Giro Líquido pode não ser comparável com a definição de Capital de Giro Líquido de outras companhias.

<u>Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido</u>

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). O Caixa (Dívida) Líquido corresponde ao saldo da Dívida Bruta deduzido (i) do saldo de caixa e equivalentes de caixa; (ii) dos títulos e valores mobiliários; e (iii) do saldo de mútuo a receber de partes relacionadas (empréstimos com partes relacionadas), somado ao saldo de mútuo a pagar a partes relacionadas.

A Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido não são medidas contábeis reconhecidas pelas BR GAAP ou IFRS e não devem ser considerados como substituto para qualquer medição de endividamento ou liquidez conforme BR GAAP e IFRS. A Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido não possuem significado padrão e as definições da Companhia de Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido podem não ser comparáveis com as definições de Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido de outras companhias.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA,

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

(Em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2023
Lucro líquido do período	747,8
(+/-) Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(121,8)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	190,1
(+) Depreciação e amortização	101,6
EBITDA	917,7
Receita operacional líquida	4.338,0
Margem EBITDA	21,2

Capital Investido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Capital Investido da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

(Em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2023
(+) Imobilizado	574,2
(+) Intangível	390,3
(+) Total do Ativo circulante	1.673,0
(-) Total do Passivo circulante	1.059,3
Capital Investido	1.578,2

Capital de Giro Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Capital de Giro Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

(Em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2023
(+) Total do Ativo circulante	1.673,0

(-) Total do Passivo circulante	1.059,3
Capital de Giro Líquido	613,7

<u>Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido</u>

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

(Em R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos (circulante)	314,7
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	536,5
Dívida Bruta	851,2
Caixa e equivalentes de caixa	22,8
Aplicações financeiras	177,5
Títulos e valores mobiliários	152,9
Mútuo a receber de partes relacionadas ⁽¹⁾	30,1
Dívida Líquida	467,9

⁽¹⁾ Nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2023, refere-se à rubrica empréstimos com partes relacionadas.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Por não serem medições reconhecidas de acordo com BR GAAP ou IFRS, as medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência apresentam limitações, não possuem um significado padrão, podem não ser comparáveis a medições com títulos semelhantes e não devem ser consideradas em substituição a medidas reconhecidas pelo BR GAAP ou pelas IFRS.

EBITDA, Margem EBITDA

O EBITDA, a Margem EBITDA, são utilizados como medida de desempenho pela administração da Companhia, por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional e liquidez e permitir a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras companhias possam calculá-lo de maneira diferente.

A administração da Companhia acredita que o EBITDA retrata o seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outros: (i) à estrutura de capital, como despesas com juros de endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros; (ii) à estrutura

tributária, como imposto de renda e contribuição social; e (iii) às despesas com depreciação e amortização. Estas características tornam o EBITDA um tipo de medida mais prática para fins de avaliação do desempenho da Companhia, pois aferem de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

A Margem EBITDA, por sua vez, demonstra a representatividade do EBITDA em relação à receita líquida de vendas da Companhia.

Capital Investido

A administração da Companhia entende que a medição do Capital Investido é útil para a medição do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos.

Capital de Giro Líquido

A administração da Companhia entende que a medição do Capital de Giro Líquido é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante).

Dívida Bruta e Caixa (Dívida) Líquido

A administração da Companhia entende que Dívida Bruta e o Caixa (Dívida) Líquido, proporcionam informações úteis a potenciais investidores, analistas financeiros e ao público, para que possam analisar a condição financeiro da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Caixa (Dívida) Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não houve eventos subsequentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2024.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

31/12/2023 A Companhia possui como política de retenção de lucros as previsões a. regras sobre retenção de lucros contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/76, autorizando a assembleia geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, devendo o orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social. a.i. valores das retenções de lucros: 37,4 milhões a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados: 5,0% Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, no encerramento do b. regras sobre distribuição de exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas em dividendos lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: (i) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; (ii) com base nos lucros remanescentes e respeitadas as disposições legais, serão calculadas nesta ordem: (a) a participação global dos empregados, competindo à Diretoria estabelecer quais os empregados que receberão participação e o quantum atribuído a cada um deles; (b) a participação global dos administradores, que será dividida entre eles por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 152, parágrafo primeiro, da Lei nº 6404/76; (iii) o lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem: (a) 5% na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital social; (b) constituição de outras reservas, previstas em lei, e (c) 25%, no mínimo, serão destinados ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinente, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. Além do dividendo declarado à conta de lucro apurado em cada balanço semestral, o Conselho de Administração poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o

2.7 Destinação de resultados

	levantamento de balanço trimestral e consequente distribuição de dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76. O montante dos dividendos será posto à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que forem atribuídos e, em qualquer hipótese, dentro do exercício social em curso.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. política de destinação de resultados	A Companhia não possui política específica que trate sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras
- (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, que não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

MAHLE public (CL1)

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10 Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia para o próximo ano demandarão recursos da ordem R\$ 120,3 milhões, destinados: a) investimentos em novos produtos; b) aumentos de capacidade; c) racionalizações; d) ferramentais; e) qualidade; f) terrenos e construções; g) equipamentos para pesquisa e desenvolvimento; h) tecnologia da informação; i) meio ambiente; j) intangíveis; k) manutenção e l) outros, os quais serão submetidos para aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos realizados no orçamento de capital (total de adições ao imobilizado e ao intangível) perfazem o montante de R\$ 88,3 milhões e foram destinados aos equipamentos para pesquisa e desenvolvimento, renovação e adequação de máquinas e equipamentos visando aumento de produtividade e qualidade, novos produtos, melhorias em edificações, tecnologia da informação, entre outros.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

O fluxo de caixa operacional historicamente positivo também tem sido uma importante fonte de financiamento dos investimentos da Companhia. Por fim, linhas de financiamento como da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, ACC e ACE também são exemplos de fontes de financiamento para os investimentos da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimento relevante em andamento ou previsto para o futuro próximo.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influenciaram materialmente a capacidade produtiva do emissor no último exercício social.

- (c) novos produtos e serviços, indicando:
- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia está continuamente conduzindo pesquisas, mas tem por prática não as divulgar individualmente, em especial as pesquisas elaboradas em conjunto com seus clientes, a menos que se

2.10 Planos de negócios

tenha expectativa de que uma pesquisa individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento pesquisas materiais individualmente consideradas que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Síntese de resultados (R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	%
Receita operacional líquida	4.338,8	100,0
Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos	(58,2)	-1,3

Tais despesas abrangem principalmente custos de pessoal de desenvolvimento.

O foco do investimento está nas inovações tecnológicas, registro de patentes e lançamento de novos produtos no mercado e desenvolvimentos em parceria com clientes.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está continuamente desenvolvendo novos projetos e produtos, mas tem por prática não os divulgar individualmente, em especial os projetos e produtos elaborados em conjunto com seus clientes, a menos que se tenha expectativa de que um projeto ou produto individual possa ter um efeito relevante nos resultados da Companhia. Logo, não existem em andamento outros novos projetos ou produtos materiais individualmente considerados sendo desenvolvidos que já tenham sido divulgados.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Síntese de resultados (R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	%
Receita operacional líquida	4.338,8	100,0
Despesas para pesquisas de tecnologia e produtos	(58,2)	-1,3

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia é comprometida com a responsabilidade com a Sustentabilidade e levamos a sério as expectativas dos nossos *stakeholders*, os quais estão cada vez mais interessados em nosso desempenho ambiental, social e em governança, e, portanto, integramos as questões de sustentabilidade globais em nossa estratégia de negócios. Nosso Código de Conduta do Fornecedor e nosso Código Empresarial são exemplos desse compromisso.

2.10 Planos de negócios

Neste momento não há novas oportunidades que possam ser tornadas públicas considerando o compromisso com o sigilo dos projetos que temos com os nossos clientes e demais parceiros. Contudo, pode-se destacar o foco em:

- Ambiental: questões ambientais integradas em nossa estratégia de negócio, com foco na redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa, contribuindo com a Proteção Climática, Descarbonização com a contribuição dos multicombustíveis.
- Social: através de uma Governança bem estruturada é possível promover as ações sociais, respeitando os Direitos Humanos, tal como Diversidade, Equidade e Inclusão.
- Governança: as boas práticas de Governança Corporativa proporcionam um ambiente favorável para toda a organização e provê os demais eixos da Sustentabilidade. São exemplos de atuação: Gerenciamento de Risco, Compliance, Prevenção à Corrupção e Lei Antitruste, Segurança da Informação e Proteção de dados.
- Econômico: a responsabilidade corporativa viabiliza a perpetuidade do negócio da Companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante nos negócios da Companhia no último exercício social.

5.1 – Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2016 e revisada em 23 de abril de 2018 ("<u>Política de Gerenciamento de Riscos</u>").

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem como fundamento as melhores práticas de governança corporativa, o Regulamento do Novo Mercado da B3 e as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia pode ser consultada nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores, localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/governanca-corporativa/politica-de-gerenciamento-de-riscos/) e site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Nos itens abaixo, serão descritos os procedimentos e objetivos da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pela Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, de modo a definir papéis e responsabilidades, apetite de risco e processo para gerenciamento integrado e contínuo das ameaças e oportunidades que podem afetar os seus negócios.

Esta política é alinhada aos procedimentos globais de gerenciamentos de riscos e controles internos executados pelo Grupo MAHLE. Tal política possui como estratégia que riscos somente devam ser tomados para proteger e aumentar o valor dos negócios. Por outro lado, riscos que podem comprometer a existência do negócio devem ser evitados.

Para cumprir com essa estratégia de risco, as ações relacionadas ao risco devem estar alinhadas com os seguintes princípios da Política de Gerenciamento de Riscos:

- Os objetivos corporativos e as atividades empreendedoras são orientadas para o futuro e devem observar estritamente o arcabouço legal e os princípios éticos.
- Se surgirem oportunidades tanto no âmbito do negócio quanto no mercado, bem como de acordo com os objetivos corporativos, a MAHLE aproveitará essas oportunidades. Os riscos relacionados a esse tópico serão reconhecidos sistematicamente e reduzidos ao mínimo por estratégias e medidas da organização de gerenciamento de risco, considerando a possível lucratividade. Neste contexto, até mesmo uma decisão consciente de assumir um risco faz parte das decisões gerenciais.

A Política de Gerenciamento de Riscos deve documentar todos os aspectos referentes ao processo de gerenciamento de riscos na MAHLE Metal Leve para assegurar um entendimento comum para a Diretoria Estutária da Companhia, seu Comitê de Riscos, a organização de gerenciamento de riscos e todos os gerentes e empregados relevantes que são afetados com respeito ao gerenciamento de riscos.

O principal é descrever, explicar e documentar:

- ✓ todas as definições relevantes relacionadas ao gerenciamento de riscos em geral;
- ✓ a estratégia e princípios da política de riscos;
- √ requerimentos legais relevantes;
- ✓ o escopo das entidades legais e gerenciais relacionadas;
- ✓ o processo de gerenciamento de riscos incluindo a comunicação e controle dos riscos;
- √ a organização de gerenciamento de riscos na Companhia; e
- ✓ os cálculos de risco chave como máxima exposição ao risco, tolerância aos riscos individuais, impacto, probabilidade e valor dos riscos.

Em conclusão, pode-se dizer que o gerenciamento de riscos sempre tem que lidar com diferentes níveis de riscos, a fim de aumentar e proteger o valor da Companhia.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia define que o risco é definido como qualquer desenvolvimento interno ou externo que comprometa o alcance das metas e objetivos da Companhia. O risco pode ser de natureza estratégica, bem como de natureza operacional. Mais precisamente, risco é o possível desvio negativo do lucro planejado.

Dentre os principais riscos aos quais se busca proteção e os respectivos instrumentos utilizados estão: (a) Riscos de mercado; (b) Riscos de cumprimento/legais; e (c) Riscos Operacionais.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O gerenciamento de riscos é o processo de identificar e controlar sistematicamente as ameaças que podem afetar os objetivos da empresa. Esse processo precisa ser aplicado de forma consistente em todas as funções e unidades de negócio da Companhia e deve ser economicamente viável e proporcional aos riscos que estão sendo gerenciados.

Os riscos são identificados com base em *workshops* de avaliação de risco organizados pelo gerente de riscos, envolvendo os especialistas de riscos definidos pela Diretoria Estatutária da Companhia. Dentro dos *workshops*, os questionários de risco são avaliados e outros riscos podem ser adicionados. Recomenda-se que os questionários sejam previamente preenchidos pelos especialistas de riscos a fim de aumentar a eficiência dos *workshops*.

Tais riscos são traduzidos em valores monetários e escalas de probabilidade. Para identificar os principais riscos, as seguintes instruções devem ser consideradas:

✓ O risco é baseado no impacto do lucro que não é coberto no orçamento e no plano estratégico por eventos como: custos adicionais, despesas, penalidades, redução de vendas e assim por diante.

- ✓ O risco deve ser calculado no período de um ano.
- Mitigações existentes devem ser deduzidas do risco. Exceções são coberturas de seguro e provisões que devem ser identificadas para evitar que tais riscos sejam esquecidos durante o processo de identificação.

Além disso, os colaboradores devem relatar a qualquer momento novos riscos ou mudanças na avaliação de riscos para os especialistas de riscos que avaliarão e informarão ao gerente de riscos caso os valores atinjam os limites mencionados na Política de Gerenciamento de Riscos.

São exemplos de mitigação de riscos:

- Risco de taxa de câmbio e commodities, o qual seria mitigado mediante derivativos de hedge.
- Taxas de juros normalmente são associadas ao nível de inflação e o efeito desta e das medidas governamentais destinadas a combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica, podendo afetar negativamente as atividades da Companhia. A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pósfixadas com papéis lastreados em CDI e TJLP, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum resultado significativo.
- Rupturas severas do ambiente de TI (infraestrutura e aplicações) por falta de processos robustos de segurança da informação podem levar a indisponibilidade, perda ou vazamento de informações afetando significativamente as operações da companhia.

A Companhia possui uma estrutura de segurança de TI com o objetivo de proteger seus funcionários, parceiros de negócios, know-how e plantas contra atos mal-intencionados de terceiros. A companhia objetiva alinhar as atividades de segurança para efetivamente proteger seus ativos e reputação contra ameaças criminais e outras.

Este objetivo é alcançado, por exemplo, por uma abordagem integrada implementada pela alta administração junto com suas unidades de negócio e áreas corporativas. As práticas de segurança de TI baseiam-se em estruturas obrigatórias, levando em consideração as leis e regulamentos de segurança relevantes, necessidades da Companhia, bem como os requisitos de segurança de terceiros.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Como parte da forma organizacional existente, as seguintes funções de gerenciamento de risco são responsáveis nos vários níveis do grupo. Em particular, estes são:

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por supervisionar a Diretoria Estutária com relação à implementação de um sistema apropriado de gerenciamento de risco para a Companhia e, consequentemente, aprovar a Política de Gerenciamento de Risco.

Diretoria Estatutária:

A Diretoria Estatutária é responsável pela implementação legal e funcionalidade contínua do sistema de gerenciamento de risco, considerando a eficiência e adequação das

medidas individuais. Dentro dessa responsabilidade, a Diretoria Estatutária também deve definir os objetivos corporativos, a política de riscos, os campos de risco, o apetite de risco e as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos. Segundo o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o apetite ao risco é a quantidade de risco, em um nível amplo, que uma organização está disposta a aceitar para aumentar o valor da empresa. Cada organização tem vários objetivos para agregar valor e deve compreender amplamente o risco que está disposto a assumir ao fazê-lo.

Além disso, a Diretoria Estatutária tem a tarefa de entender os riscos mais significativos, bem como gerenciar a organização em uma crise. A integração do sistema de gestão de risco na organização da Companhia deve ser assegurada pela Diretoria Estatutária. assim como tomar medidas para o avanço da cultura de risco dentro da Companhia.

Se surgirem tópicos que precisam ser decididos imediatamente, reuniões ad-hoc do conselho de administração devem ocorrer. Os tópicos de gestão de risco relativos a alterações na documentação, comunicação, responsabilidades, entre outros, são determinados pela Diretoria Estatutária, seguindo as principais instruções do Conselho de Administração. A Diretoria Estatutária é responsável pelo monitoramento das atividades de mitigação e por tomar as medidas apropriadas de contenção.

Comitê de Auditoria não-estatutário:

O Comitê de Auditoria tem como missão assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Na execução de suas competências, o Comitê de Auditoria manterá relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária, a auditoria interna, a auditoria independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia.

Gerente de riscos:

A tarefa do gerente de risco é desenvolver o sistema de gerenciamento de risco e mantê-lo atualizado. Além disso, ele/ela é responsável pela documentação das políticas e estruturas internas de risco e pela coordenação das atividades de gerenciamento de riscos. A preparação de relatórios para a Diretoria Estatutária, bem como a compilação de informações sobre riscos, também é responsabilidade do gerente de riscos. Além disso, a tarefa inclui, por exemplo:

- Garantia dos requisitos internos e externos de gerenciamento de riscos;
- Estabelecimento de avaliações de risco regulares;
- Validação de riscos reportados;
- ✓ ✓ ✓ Consolidação dos relatórios de risco;
- Monitoramento da implementação de atividades de mitigação;
- Determinar melhores práticas para mitigação de risco; e
- Treinamento de funcionários.

Especialistas de riscos / Gerentes de Unidades de Negócios, Centro de Serviços e funções:

Dentro da Companhia, os especialistas em riscos geralmente são gerentes de unidades de negócios, centros de lucro, empresas do grupo, funções, entre outros, que devem assegurar a implementação e a correta aplicação de sistemas apropriados de gerenciamento de riscos para detectar e controlar riscos em suas áreas. Além disso, eles devem relatar os riscos dentro de sua área de responsabilidade de acordo com as solicitações de divulgação dentro do

processo de gerenciamento de riscos e/ou devem validar os riscos relatados por seus coordenadores ou relatores de risco.

Auditoria Interna:

Tanto o desenvolvimento de um programa de auditoria interna baseado em risco, como a auditoria de processos de risco em toda a organização são tarefas da auditoria interna. Além disso, o departamento é responsável pela elaboração de relatórios sobre a eficiência e a eficácia dos controles internos e dos sistemas de gerenciamento de riscos.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional de gerenciamento de riscos e controles internos é robusta e estimula um processo de melhoria contínua de seus processos para adequado endereçamento dos riscos para os quais busca proteção cumprindo, assim, os objetivos estabelecidos de sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição de controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos, tendo como objetivo o tratamento dos riscos identificados que ameaçam a realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Os controles internos e sistemas de gerenciamento de riscos da Companhia relativos à preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que visam assegurar:

- A manutenção dos registros contábeis de modo que estes reflitam precisa e adequadamente as transações da Companhia. Portanto, proporcionando segurança de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Segurança de que recebimentos, pagamentos e lançamentos manuais nas demonstrações financeiras da Companhia estão feitos conforme sua política de assinaturas autorizadas; e
- Salvaguarda de ativos, prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Para isso a administração incentiva continuamente à adoção de controles sistêmicos que aumentam a eficiência e principalmente a segurança dos registros:
 - ✓ Revisão periódica de riscos de segregação de funções em seu sistema de gestão;
 - ✓ Workflow de aprovação de lançamentos realizados de forma manual na Contabilidade;
 - ✓ Workflow para aprovação de documentos de compras e pagamentos.
- No entanto, caso controles automáticos não sejam aplicados, a organização implementa controles de mitigação alternativos para prevenir erros ou fraudes:
 - ✓ Aprovações de documentos, como, por exemplo, movimentações de imobilizado e ajustes de estoques;
 - ✓ Revisão de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis pela administração de modo a assegurar que as demonstrações estão livres de deficiências significativas;
 - Conciliações entre contas para assegurar que os saldos registrados se encontram em conformidade com sua origem, como confirmações bancárias, contas a receber e contas a pagar; e
 - ✓ Estimativas contábeis são revisadas de forma criteriosa com base em posições de especialistas.
 - ✓ Contudo, o controle interno, independentemente da qualidade da sua estrutura e operação, pode reduzir, mas não eliminar, os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, por
 - causa das limitações inerentes ao controle interno. Essas limitações incluem, por exemplo, a possibilidade de erros ou equívocos humanos, controles contornados por conluio ou burla, controles internos se tornarem inadequados devido a mudanças nas condições.

5.2 Descrição dos controles internos

Deste modo, ressalvadas as limitações inerentes aos controles internos, em linhas gerais, os controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras têm sido eficientes e adequados.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Em complemento a estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos apresentada no item 5.1 deste Formulário de Referência:

- A gerência de contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e controles internos que asseguram a adequação destas demonstrações;
- A Diretoria Estatutária, representada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro, revisa as demonstrações financeiras de forma criteriosa antes de sua divulgação; e
- A Companhia possui um processo interno, supervisionado pela Diretoria Estatutária, envolvendo os responsáveis das áreas de negócio e a auditoria interna para acompanhar as ações que estão sendo realizadas, com objetivo de endereçar adequadamente os riscos e recomendações reportados pela auditoria externa. Este monitoramento é reportado periodicamente ao Conselho de Administração, bem como para a Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração entende que este processo é efetivo e suporta a melhoria contínua da estrutura de controles internos.

Conforme estabelecido no Regulamento do Novo Mercado, a partir de 31.03.2022 a área de auditoria interna passou a reportar ao Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia.

(c) se e como a forma de supervisão da eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão da criação, implantação e conduta do controle interno da gestão.

A gestão, composta pelos diretores estatutários, estabelece, com a supervisão do Conselho de Administração, estruturas, linhas de reporte e autoridade, e responsabilidades apropriadas para que os controles internos sejam implementados.

Já a auditoria interna auxilia na manutenção de controles eficazes, avaliando a eficácia e eficiência desses controles e promovendo melhorias contínuas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de

5.2 Descrição dos controles internos

planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e emitiram comunicação sobre as deficiências de controles internos identificadas ao longo do processo de auditoria das referidas demonstrações financeiras.

A Companhia obteve o relatório circunstanciado reportado pelos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas que requerem atenção da Alta Administração. As demais deficiências identificadas foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles e/ou sugestões de melhorias ou aprimoramento dos controles internos, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que, no relatório circunstanciado referente à auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas. Contudo, para todas as demais deficiências reportadas, classificadas como não significativas, foram criados planos de ação que serão monitorados constantemente pela administração da Companhia.

- 5.3 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
 - (a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui um código empresarial com diretrizes e normas que orientam, por exemplo, sua forma de atuar e de fazer negócios, que foca entre outros temas, nas práticas anticorrupção e na defesa da livre concorrência no mercado, bem como estabelece sanções para o não cumprimento das regras estabelecidas ("Código Empresarial").

O referido código foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2019 e pode ser consultado nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/codigo-empresarial/); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Além disso, a Companhia fornece programa de treinamento periódico para seus conselheiros, executivos e gerentes. Como complemento, todos os colaboradores recebem orientações regulares sobre as diretrizes e normas detalhadas no Código Empresarial da Companhia.

Os conselheiros e administradores da Companhia são especialmente responsáveis pela observância do Código Empresarial, devendo adotar as medidas apropriadas para assegurar que, em sua área de responsabilidade:

- não ocorram infrações a leis, a diretrizes internas ou ao Código Empresarial que poderiam ser evitadas ou impedidas pela execução devida e apropriada de suas obrigações fiscalizatórias e organizacionais; e
- quaisquer infrações sejam descobertas, investigadas e extintas.

Entretanto, isso não exime os empregados de sua própria responsabilidade. Todos os empregados são responsáveis pela sua própria conduta.

Serão realizadas auditorias regulares pelo Departamento de Auditoria Interna para verificar o cumprimento deste Código Empresarial.

A Companhia segue o princípio da neutralidade em relação a partidos políticos e candidatos, sendo vedado o uso de recursos ou ativos da Companhia para fins de apoio político.

O Código Empresarial determina que doações e patrocínios deverão ser transparentes e rastreáveis, não podendo ser usados para fins ilícitos. Em especial, é proibida a concessão de vantagens indevidas a terceiros sob o pretexto de doações ou patrocínios. O Código de Conduta Empresarial também fixa um procedimento para a efetivação de doações e patrocínios.

Adicionalmente, como estabelecido no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece diretrizes para identificação, avaliação, controle e *report* dos riscos que desafiam a companhia, entre eles, destacam-se os de *compliance* com regulamentações externas e internas incluindo as de anticorrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os elementos essenciais que devem ser considerados nas relações estabelecidas pela Companhia com os seus mais diferentes públicos, com o objetivo de contribuir para um ambiente corporativo anticorrupção, atingindo resultados diferenciados para a sociedade.

O colaborador da Companhia que tiver conhecimento da prática de atos ilegais ou ilícitos, que violem ou possam violar a legislação e regulamentação vigentes, bem como eventuais violações ou suspeitas de violações às políticas e procedimentos da Companhia, deve procurar o seu superior imediato e/ou reportá-las ao canal de denúncias. A violação de seus preceitos sujeitará o colaborador da Companhia às medidas disciplinares cabíveis, nos termos da legislação brasileira.

Além disso, será definido as penalidades a serem aplicadas, entre elas: (i) advertência; (ii) suspensão; ou (iii) rescisão contratual por justa causa, sem prejuízo de eventual instauração de processos judiciais ou administrativos, a critério da Companhia.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A estrutura organizacional responsável pelo programa é o Comitê de *Compliance* composto pela área Jurídica e por executivos de áreas de auditoria interna, compras, finanças, operações, recursos humanos e vendas, a qual se reporta a Diretoria Estatutária.

Não há exigência estatutária ou regulatória para aprovação formal do Comitê de Compliance. No entanto, a Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos e Código Empresarial, ambos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Além disso, o Comitê de Auditoria é eleito pelo Conselho de Administração da Companhia. Por fim, o Comitê de Compliance está de acordo com as regras mundiais do Grupo MAHLE e foi aprovado conforme sua estrutura de governança.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código Empresarial é aplicável a todos os empregados do Grupo MAHLE, sendo considerada neste contexto a Companhia, incluindo seus conselheiros e executivos. Para as controladas estrangeiras da Companhia, o Código Empresarial estabelece os padrões mínimos a serem adotados e, se necessário, modificados para atender as exigências e características locais. Por fim, todos os funcionários devem observar as leis e regulamentos, bem como as diretrizes internas aplicáveis às suas áreas de atuação. Devem ser evitadas, sob todas as circunstâncias, violações às leis e infrações às normas internas.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Comitê de Compliance poderá adotar quaisquer medidas nos termos da legislação trabalhista na hipótese de infrações a leis, a diretrizes internas ou ao Código Empresarial, sendo possível a aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária ou mesmo desligamento da Companhia.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O código mencionado no item 5.3 (a) foi aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2019 e pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) Departamento de Relações com Investidores localizado na sede da Companhia: Av. Ernst Mahle, 2000, 13849-146, Mogi Guaçu, São Paulo; e (ii) internet: site da Companhia (https://ri.mahle.com.br/codigo-empresarial/); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

A Companhia possui canal de denúncias independente pelos quais os colaboradores e parceiros de negócio, entre outros, podem submeter denúncias anônimas relativas a eventuais violações ao Código Empresarial, diretrizes externas ou internas, entre outras. Ainda, as empresas controladas na Argentina e Áustria também possuem acesso a ferramenta em língua nativa.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

Conforme descrito no item (iii) abaixo, terceiros como clientes e fornecedores têm a opção de reportar incidentes e possíveis desvios de conduta ou violações às diretrizes da Companhia de maneira anônima através do canal de denúncia "Integrity Line" (https://mahle.integrityplatform.org).

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

As denúncias são tratadas de forma sigilosa, observando-se a proteção de seus autores e os cuidados necessários para solucionar adequadamente o problema. Por meio de seu canal de denúncia indicado no item (ii), o qual foi elaborado num ambiente digital e de fácil acesso, os funcionários da Companhia, bem como terceiros têm a opção de reportar incidentes e possíveis desvios de conduta ou violações às diretrizes da Companhia de maneira anônima

através desta plataforma.

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

Estas denúncias são apuradas pela estrutura de *Compliance* com objetivo de oferecer a independência necessária para o processo de investigação.

Destaca-se que este canal de denúncia opera conforme diretrizes definidas pela Diretoria Estatutária, seguindo os preceitos do Código Empresarial.

A Companhia tem o compromisso de analisar e a investigar todos os fatos reportados no seu canal de denúncia, tomando as medidas cabíveis nas diferentes situações. Ao enviar a denúncia, o denunciante receberá um número de incidente gerado automaticamente e terá que definir uma senha. Isto permite que o denunciante faça login em sua caixa de entrada pessoal para que possa interagir a qualquer momento dentro de plataforma de maneira anônima.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve nenhum caso confirmado de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito no item 5.3 (a) deste Formulário de Referência, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, não houve qualquer alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas ou em sua Política de Gerenciamento de Riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Nata data deste Formulário de Referência, para fins de gerenciamento de sua segurança cibernética, a Companha adotou medidas para prevenir os riscos decorrentes de interrupções, falhas ou incidentes de segurança cibernética, implementando políticas de segurança da informação. Além disso, a Companhia realiza testes recorrentes de vulnerabilidades e conta com um serviço de *Security Operation Center* (SOC), que monitora os logs de segurança do ambiente 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A Companhia não registrou, até a data da apresentação deste Formulário de Referência, sequestro ou pedido de resgate de informação.

Além disso, implementou medidas em adequação à LGPD e, portanto, a organização de proteção de dados é composta pelo Encarregado de Dados (*Data Protection Officer* - DPO), atuando como canal de comunicação entre o controlador das informações, os titulares dos dados e a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), em conjunto com o Coordenador Nacional de Proteção de Dados, e se reporta diretamente à Diretoria Estatutária. Na estrutura, ainda existe a figura dos colaboradores de proteção de dados nas diversas Unidades de Negócios, que atuam como o primeiro ponto de contato local, elo entre os colaboradores e a organização de Privacidade de Dados Corporativos e auxiliam na implementação dos requisitos definidos. Com o objetivo de mitigar os riscos associados ao tema, o Programa de Proteção de Dados é avaliado periodicamente, com a finalidade de identificar vulnerabilidades, as quais são tratadas apropriadamente.